CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A ATUAL REALIDADE SOCIOECONÔMICA DE SANTA CATARINA

Lauro Mattei[1]

INTRODUÇÃO

É muito comum nos períodos eleitorais dois comportamentos governamentais. Por um lado, um determinado grupo político que está no poder – e que pretende continuar a exercê-lo – autoproclamar suas realizações para popularizar a impressão de que sua gestão administrativa é a melhor de todos os tempos. Por outro, outros grupos que almejam chegar ao poder passam a questionar a gestão em curso, sobretudo em função da ausência de ações em áreas que eles entendem que deveriam ter sido priorizadas.

Esse cenário está em curso novamente nas eleições para o governo de Santa Catarina em 2026, uma vez que o governador atual, cuja popularidade advém muito mais dos milhões anuais de verbas públicas gastos com propaganda de suas realizações do que propriamente das ações efetivas. Em função de tal cenário pouco está sendo debatido sobre os reais problemas histórico-estruturais do estado. Afinal, para que discutir tais problemas se – nas próprias palavras do atual governador – sua reeleição já está garantida.

Uma particularidade no presente processo eleitoral tem ganhado destaque. Trata-se da incorporação – pelo atual mandatário catarinense e que almeja um segundo mandato – de uma práxis política extremamente grosseira e desrespeitosa com aqueles que não "rezam pela sua cartilha". Neste caso, as mídias não cooptadas dispõem de uma enorme quantidade de matérias que registraram esse comportamento atípico de um governante estadual.

Além disso, deve-se registrar a fala repetida de um preconceito do atual governador de Santa Catarina em relação aos povos de outras regiões menos desenvolvidas do país, uma vez que frequentemente tem defendido a separação dos estados do Sul das demais regiões do país sob o argumento de que "aqui se trabalha", como se nas demais regiões do país as pessoas não trabalhassem e fossem vagabundas. Soma-se a isso, demonstrações públicas de racismo quando em eventos públicos faz menção a cor da pele das pessoas como exemplo de superioridade social.

[1] Professor Titular do Departamento de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Coordenador Geral do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense (NECAT/UFSC).

Nesta direção, ao longo dos últimos decênios tenho me dedicado a estudar e debater os principais problemas do estado catarinense que ainda carecem de uma solução mais efetiva. Para tanto, procurarei mencioná-los na sequência por entender que os mesmos têm tido pouco espaço nos pífios debates que ocorreram na sucessão estadual em 2026. Na sequência enumeraremos alguns desses problemas que, a nosso ver, precisariam uma maior atenção por parte dos governantes.

1. PRINCIPAIS GARGALOS ESTRUTURAIS DE SANTA CATARINA

Nesta seção vamos sistematizar alguns dos principais elementos estruturais que entendemos serem merecedores de maiores atenções por parte das autoridades governamentais.

1.1 O cenário demográfico

Na década de 1990 os dados do último Censo Demográfico do IBGE (1991 e 2000) revelaram uma grande mudança na localização e estrutura populacional catarinense. A partir daí seguiu-se ao conhecido debate da "litoralização de Santa Catarina", uma vez que ao final do século XX mais de 2 terços da população catarinense estava domiciliada nas áreas litorâneas do estado.

Esse fato marcou o processo eleitoral de 2002, uma vez que o senhor Luís Henrique da Silveira – candidato ao governo do estado pelo PMDB – propôs a descentralização político-administrativa do estado como forma de combater a chamada "litoralização catarinense". Ao ser eleito com essa bandeira política colocou em prática a chamada descentralização administrativa visando melhorar o desenvolvimento de todas as regiões do estado, ao mesmo tempo que buscava frear o movimento populacional em direção às áreas litorâneas do estado.

Passados mais de vinte anos dessa experiência pioneira, é consenso entre todos os analistas que tal iniciativa se revelou rapidamente em um grande fracasso, sendo que os motivos estão todos documentados pela ampla literatura que analisou tal período, uma vez que a descentralização, ao contrário do que se propôs a fazer, acabou promovendo e expandindo ainda mais o processo de litoralização.

Em grande medida, o Censo Demográfico de 2022 documentou tal cenário, destacando-se que a característica estrutural da dinâmica demográfica catarinense não é

dada pela conformação de grandes metrópoles a exemplo de outros estados do país. Assim sendo, apenas dois dos 295 municípios do estado têm população acima de 500 mil habitantes (Joinville e Florianópolis), existindo apenas 14 cidades do estado com população acima de 100 mil habitantes. O fato relevante é que nessas 14 localidades está domiciliada 49% da população estadual, revelando um inchaço das áreas litorâneas muito superior àquela registrada na década de 1990.

No sentido oposto, observou-se que no último Censo Demográfico (2022) foi registrado que existem no estado 101 municípios com até 5 mil habitantes, sendo que 31 deles vem perdendo população nos últimos dois registros do IBGE (2010 e 2022), a grande maioria deles com menos de três mil habitantes. A pergunta que fica é quais as alternativas estruturais dessas localidades, especialmente em termos econômicos (produção e geração de emprego) e em termos sociais (saúde, educação e assistência social).

1.2 As condições estruturais na área de saúde

Na esfera da saúde a situação também é problemática, uma vez que não há estrutura suficiente, sobretudo nos pequenos municípios que são a grande maioria do estado, ou seja, mais de dois terços desses municípios têm população bastante reduzidas. Neste caso o problema se agrava quando a população necessita tratamento de saúde de alta complexidade, cuja infraestrutura se concentra em, no máximo, oito cidades do estado (Criciúma, Tubarão, Florianópolis, Blumenau, Itajaí, Chapecó, Lages e Joinville). Para as demais cidades mais distantes desses centros urbanos segue-se a antiga e eterna prática da “ambulanciaterapia”, chegando-se ao ponto de um paciente, de Dionísio Cerqueira por exemplo, precisar viajar 800 quilômetros para cuidar de sua saúde.

Esse assunto praticamente não está na ordem do dia dos debates eleitorais. Enquanto isso, as filas de cirurgias para diversas especialidades não param de crescer. Mesmo assim, a propaganda do governador atual é, no mínimo, tendenciosa quando afirma que fez tantas mil cirurgias, etc. A verdade é que grande parte dessas ações foram custeadas pelo SUS, valor monetário que não é incorporado no discurso espalhafatoso de que o estado arrecada muito que vai para Brasília, mas que não volta praticamente nada.

1.3 As condições estruturais na área da Educação

A política educacional estadual nas duas últimas décadas tem passado à margem de problemas estruturais que se revelaram de grande relevância, sobretudo durante o período pandêmico (2020-2022). O principal gargalo ainda se encontra na área de infraestrutura, que continua precária em termos de equipamentos educacionais, materiais didáticos e tecnologias educacionais, destacando-se que poucos são os colégios estaduais com internet de alta velocidade e dotados de laboratórios e bibliotecas bem equipadas e atualizadas.

Além disso, as políticas de recursos humanos nos últimos mandatos governamentais não têm mais contemplado concursos para professores da carreira de magistério, ao contrário, está cada vez mais presente a categoria do "professor temporário", o qual recebe pouco incentivo para se dedicar integralmente ao ensino fundamental e básico.

O resultado é que o desempenho dos estudantes das principais cidades catarinenses nos dois principais exames nacionais (IDEB-ENEM) vem caindo sequencialmente, sobretudo após o período pandêmico (2020-2022).

Nesta área específica chama atenção que nos dois últimos mandatos governamentais estaduais (2018-2022 e 2023-2026) tem ganhado espaço um debate ideológico à luz do que vem sendo travado nacionalmente no âmbito da tal "Escola Sem Partido" e, mais recentemente, nesse mantra das "escolas cívico-militares", cujos programas pretendem promover a "ordem e a disciplina", mas que na prática são meros instrumentos de uma determinada abordagem ideológica da educação. Neste caso pouco se utiliza do debate pedagógico e, menos ainda, sobre estruturas e qualidade do ensino, inclusive com um custo operacional muito superior aos custos das demais escolas, conforme revelou estudo do NECAT.

No último governo estadual (2023-2026) foi implementado o tal de programa "universidade gratuita", que no fundo se transformou em um grande programa de transferência de recursos públicos para entidades de ensino superior privadas às custas de redução do volume de recursos públicos para o ensino fundamental e médio, além de se investir pouco na Universidade de Desenvolvimento de Santa Catarina (UDESC), que é pública e de qualidade.

1.4 A situação habitacional

O problema habitacional em Santa Catarina vem se agravando a cada década, especialmente em função da brutal expansão dos preços imobiliários, tanto de estruturas físicas naturais como de estruturas construídas. E isso se deve ao grande afluxo populacional, especialmente em direção às áreas litorâneas do estado.

Essa nova situação foi captada pelo Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2022, com corte especial sobre a situação de moradia em Santa Catarina. Pela primeira vez o IBGE classificou as condições de moradia com ênfase nas favelas. Neste caso, observou-se que naquela data aproximadamente 109 mil pessoas já se encontravam residindo em 161 favelas, sendo que o epicentro delas se localizava na microrregião de Florianópolis, porém com dispersão por 24 municípios do estado.

Registre-se que a atuação do governo recente (2023-2026), além de não ter praticamente nenhuma ação pública nesta esfera, ainda assim não destinou nenhum esforço para que o programa habitacional do governo federal (Minha Casa Minha Vida) tivesse capilaridade também em Santa Catarina.

1.5 A situação do Saneamento Básico

O tema do saneamento básico é um dos principais problemas estruturais do estado, uma vez que tem recebido pouca atenção por parte dos governantes ao longo do tempo. Embora a maioria da população das cidades catarinenses tem acesso à rede de água tratada e também serviços de coleta regular de lixo, o problema mais grave persiste, ou seja, a falta de uma rede adequada de tratamento sanitário na maioria das cidades, especialmente do interior do estado, ao mesmo tempo em que nas cidades polos regionais o grau de cobertura ainda é precário.

1.6 O comportamento do emprego

Embora o estado de Santa Catarina figure sempre com uma das menores taxas de desemprego do país, no início de 2026 os dados da PNAD Contínua do IBGE indicavam que cerca de 100 mil pessoas se encontravam desempregadas, além de aproximadamente 200 mil pessoas subutilizadas, ou seja, que podiam trabalhar mais, porém não encontravam horas suficientes para compor a jornada de trabalho de 8 horas diárias. Além disso, um indicador que vem crescendo no estado nos últimos anos é a informalidade,

sendo que ao final de 2025 aproximadamente 1 milhão de pessoas viviam nessa condição. Isso sem contar o avanço recente da precarização das condições do trabalho e da dinâmica do mercado de trabalho que funciona com um nível médio de renda muito baixo, em função de que uma parcela expressiva dos empregos gerados se concentra nas faixas salariais de até dois salários mínimos mensais.

1.7 A Pobreza também se faz presente em Santa Catarina

Entre os anos de 2023-2025 o NECAT realizou uma pesquisa sobre as condições da pobreza em Santa Catarina antes, durante e depois da pandemia, com apoio da FAPESC. Para tanto, trabalhou-se com a metodologia do Banco Mundial que utiliza a ideia de "pobreza monetária", também conhecida como método "um dólar ao dia".

Em termos gerais se constatou um aumento da vulnerabilidade social em Santa Catarina a partir de 2012, o qual foi possível de ser observado pelo aumento do número de famílias que se cadastraram no sistema do Governo Federal (CadÚnico). Somente no período entre 2019 e 2022 o número de famílias cadastradas cresceu 56%, correspondendo a 232 mil novos cadastros. No mesmo período o número de catarinense vivendo abaixo da linha de pobreza cresceu 27%, enquanto o número de pessoas vivendo na extrema pobreza (com US$ 2,15/dia) aumentou 40% na série histórica considerada. Isso implicou que ao final do ano de 2023 aproximadamente 201 mil pessoas tinham renda de até dois dólares ao dia, o que correspondia a uma renda de menos de 300 reais por mês.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto de temas acima expostos fazem parte da realidade estrutural de Santa Catarina há décadas. Todavia pouco deles são efetivamente atacados e resolvidos pelas autoridades governamentais. E isso poderá ser observado melhor nesse número especial da Revista NECAT que procurou registrar os planos de governo no recente processo eleitoral de 2026.

Desde logo fica claro que poucos desses assuntos foram tratados seriamente, sendo que a maioria dos Planos de Governo protocolados pelos respectivos partidos políticos no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) trata de forma mínima e/ou inadequada o conjunto desses pontos anteriormente comentados.

Isso mostra o grande desafio que ainda persiste no estado catarinense quando se busca construir um processo de desenvolvimento efetivamente condizente com a realidade atual enfrentada pelos catarinenses para além das propagandas midiáticas.